



Marcia Haydée e Richard Cragun em "Something Special", coreografia de Dalal Achcar com música de Ernesto Nazareth

Márcia Haydée se apresenta em SP

O prazer de assistir bailarinos de primeira grandeza. É isso que o teatro Cultura Artística nos oferece este fim-de-semana na sala Esther Mesquita. No seu palco, um pequeno núcleo do Stuttgart Ballet (onze bailarinos, dos quais nove o público paulista já conhece de outras turnês) acompanha três maxiestrelas: Márcia Haydée, Richard Cragun e John Neumeier.

Márcia e Richard formam o par de carreira mais extensa em toda a história da dança. Até já ganharam um prêmio. O Golden Shoes, na Alemanha, por este prolongado convívio cênico. Afinal, já dançam juntos há 25 anos. Quando, em 69, o balé de Stuttgart, sob o comando de John Cranko, fez sua primeira apresentação nos Estados Unidos, a crítica designou Márcia como a corporificação da graça romântica. Hoje, além de destacar-se como estrela internacional da dança, ela brilha tanto como bailarina como diretora artística do balé de Stuttgart.

Assim como os nomes de John Cranko e Márcia Haydée se tornaram sinônimo do balé de Stuttgart, também o de Richard Cragun está a ele definitivamente associado. Ele uniu-se à Cranko e à companhia recém-formada, em 62. A seu lado e ao de Kenneth MacMillan e Glen Tetley, coreografou balés inesquecíveis para ele e Haydée, como "Romeo and Juliet", "Eugene Onegin", "Requiem" e "Daphne and Chloe".

Cadeiras vazias

John Neumeier São Paulo também já conhece. John saiu de Stuttgart, onde dançava e começava a coreografar, para dirigir o Balé de Hamburgo, em 1973. E foi como diretor desta companhia que esteve aqui, em julho de 1981. Ele foi "descoberto" em Londres, em 63, por Márcia Haydée e Ray Barra. Logo foi contratado por John Cranko para o balé de Stuttgart, onde dançou como solista e criou suas primeiras coreografias. Em 69 foi para Frankfurt como o mais jovem diretor de balés da Alemanha.

John dança com Márcia "Les Chaises", um balé que Béjart criou em 1981 para Laura Proença e ele próprio, no teatro Municipal do Rio de Janeiro, em junho de 1981. Há ainda duas outras coreografias já vistas aqui: "Love Songs" e "Aus Holbergs Zeiten". Nesta última John Cranko exercita sua habilidade em criar desenhos musicados. A música é de Grieg, que a compôs em homenagem ao bicentário de outro ilustre norueguês, Ludwig Holberg. Quanto a "Love Songs", usa uma

trilha sonora com Dionne Warwick e Aretha Franklin.

Expedições caça-níquel

Mas o programa traz ainda duas inéditas em São Paulo: "Something Special", de Dalal Achcar para música de Ernesto Nazareth, e "Canto Vital", de Azari Plissetski para o Rondó da 5ª Sinfonia de Mahler.

Cragun e Haydée dançam "Something Special", que Dalal criou, no Rio de Janeiro, em 1981. O pas-de-deux já foi levado a outras capitais, e tem recebido elogios. Dalal Achcar dirige o balé da Funarj e é, talvez, o grande responsável pela ligação do Brasil com o Stuttgart Ballet e suas estrelas. Porque embora Haydée tenha nascido em Niterói, construiu sua carreira na Alemanha, onde vive.

A diferença entre estes espetáculos do núcleo do Stuttgart e as tradicionais expedições caça-níquel que grandes estrelas promovem habitualmente está no fato deste elenco existir independentemente deste tipo de atividade (todos menos John Neumeier dançam juntos o ano inteiro no Stuttgart). Ou seja, a qualidade artística está garantida. (HK)

MÁRCIA HAYDÉE - No teatro Cultura Artística (sala Esther Mesquita, r. Nestor Pastore, 196, tel. 258-3616, zona central de São Paulo). Sábado às 21h e domingo às 18h. Seta A, Cds 400,00; setor B, Cds 300,00; setor C, Cds 400,00; setor D, Cds 300,00.

Um dos melhores julgamentos do cinema

ADILSON LARANJEIRA
Editor-responsável do Folha de Tarde

Kramer no seu melhor trabalho como diretor, e que a Rede Globo apresenta na madrugada do sábado para o domingo à 1h15.

Melhor trabalho por tratar com competência artesanal a difícil tarefa de tornar atraente uma história que se passa quase inteira numa sala onde funciona a corte que vai julgar quatro criminosos de guerra. Uma corte complicada de formar, tanto que seu juiz-presidente acaba sendo, por falta de outro que aceite a tarefa, um magistrado do interior dos Estados Unidos (Spencer Tracy), derrotado nas últimas eleições de seu condado (lá os juizes são eleitos) e que só aceitou atuar em Nurembergue por causa disso. E que se dá conta, repentinamente, de estar colocado ante uma complicada questão moral e profissional, quando é informado, ao chegar em Nurembergue, das condições políticas desfavoráveis em que o julgamento será realizado e da presença, no processo, de um promotor militar obsessivo (Richard Widmark), disposto a condenar os acusados, pouco se importando com as consequências do resultado do julgamento.

JULGAMENTO EM NUREMBERGUE - Filme norte-americano de 1961 que o TV Globo exibiu amanhã, à 1h15 da madrugada. Dirigido por Stanley Kramer. No elenco, Spencer Tracy, Burt Lancaster, Richard Widmark, Maximilian Schell, Montgomery Clift, Marlene Dietrich, Judy Garland e outros. Duração: 178 minutos.

Em 1948 ainda eram feitos julgamentos em Nurembergue, na Alemanha derrotada pelos Aliados, pois havia criminosos nazistas presos e esperando para comparecer frente a uma corte e responder por crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. Eram réus remanescentes de grupos de prisioneiros mais importantes e que ficaram para ser julgados depois, não apenas porque primeiro era preciso processar os mais famosos e representativos, como também pelo atraso havido nos julgamentos anteriores, que consumiram, por sua complexidade técnica, judicial e política, um tempo enorme dos tribunais que os Aliados montaram para processar o inimigo vencido.

Mas em 1948 a situação da Europa estava bem diferente da do fim da guerra, em 1945. O inimigo, agora, não era mais a Alemanha, mas a União Soviética, e o cenário não mais aquele de uma Alemanha destruída do término do conflito armado que eclodira em 1939, mas o de outro país, em plena reconstrução material, colocado no epicentro territorial de um fato político novo e extremamente importante que começava a ser conhecido pelo nome de Guerra Fria. Julgar alemães, na Alemanha de então, por fatos do passado, quando a Alemanha, inimiga de ontem, transformara-se na preciosa aliada de agora, não era uma premência política desejada, em 1948, embora continuasse sendo uma ação moralmente necessária.

E de uns desses julgamentos inconvenientes que trata a história do filme "Julgamento em Nurembergue" (Judgment at Nuremberg), de 1961, que o escritor Abby Mann montou com personagens fictícios —entre eles aquele que aparece como sendo o ministro da Justiça de Hitler— transformado por Stanley

até que ponto as conveniências políticas podem influir no comportamento da Justiça e que consequências tal tipo de pressão pode provocar no magistrado que tem de agir segundo a lei e conduzir o julgamento com imparcialidade? Essa questão, já bastante difícil, fica mais complicada no recinto do julgamento, quando, diante deles, entre os réus, está o ministro da Justiça do 3º Reich (Burt Lancaster), acusado justamente de ter compactuado, no tempo do nazismo, para que as leis fossem aplicadas segundo as conveniências políticas do regime.

Gênese oportuna

Abby Mann escreveu a história para a televisão e, desse jeito, ela foi apresentada no dia 16 de abril de 1959, na CBS, sob a direção de George Roy Hill, que depois ficaria famoso no cinema, a partir de "Butch Cassidy". Claude Rains, Paul Douglas, Melwyn Douglas e Maximilian Schell interpretaram os quatro papéis principais que depois, no cinema, viriam a ser feitos, respectivamente, por Spencer Tracy, Burt



Montgomery Clift e Maximilian Schell estudam o roteiro de "Julgamento em Nurembergue", que a Globo exibe amanhã

Lancaster, Richard Widmark e pelo mesmo Schell, como o advogado que defende os que estão sendo julgados —além do ministro da Justiça do regime deposto, os outros três também são juizes, acusados igualmente de aplicar a lei segundo os interesses políticos do nacional-socialismo.

Schell foi mantido na adaptação para o cinema por Stanley Kramer ter ficado entusiasmado com o seu desempenho no vídeo e também porque Abby Mann convenceu o diretor (também produtor do filme) a arriscar com ele, mesmo desconhecido (e mais citado, frequentemente, por ser irmão da atriz Maria Schell, muito famosa na ocasião). Deu certo, tanto que Schell acabou conquistando pelo papel o Oscar de melhor ator de 1961, o principal que o filme ganhou naquele ano, havendo outro na premiação, o de melhor roteiro não original para o cinema, destinado a Abby Mann.

Foi muito importante também, cinematograficamente, que a história aparecesse em primeiro lugar na televisão, por como naquele tempo ainda não havia videoteipe, a marcação técnica em entrada para contar os fatos foi montada no vídeo, de forma a permitir que as câmeras se movimentassem bastante, no espaço exigido do cenário, uma sala de tribunal, dando assim mais ritmo à ação. E tudo ao vivo, sem que houvesse erro e sem a possibilidade de parar a ação e mudar as câmeras de lugar.

Encenação dinâmica

O desenhista de produção do filme, Rudolph Sternard, se baseou bastante no roteiro original da tevê para fazer o seu trabalho, a fim de que o filme também tivesse as mesmas qualidades cênicas e rítmicas. Tanto é assim que apesar da metragem longa, 190 minutos (reduzidos depois para 178), não há monotonia: pelo

interesse dos diálogos e dos fatos contados, mas principalmente pela encenação dinâmica obtida através da movimentação da câmera, que às vezes mostra ângulos de até 90 graus. E com a vantagem, no cinema, do recurso da montagem que permite filmar de todos os ângulos que se queira, tantas vezes quanto for preciso, qualquer cena do roteiro.

"Julgamento em Nurembergue", por essa peculiaridade de confinamento cênico no espaço reduzido de quase um cenário só (são muito raras as seqüências fora da sala do tribunal), é essencialmente um filme de direção (que nesse tipo de caso precisa ser muito hábil) e de interpretações. No caso da direção, constitui-se numa surpresa, pois Kramer, habitualmente, sempre havia sido, até então, um diretor de mão pesada, quase paquidérmico. O que não acontece aqui, onde sua encenação é ágil, criativa e movimentada.

Mas o filme é também um grande mostruário de ótimas interpretações. Não apenas de Tracy, Lancaster, Widmark e Schell, mas ainda de Montgomery Clift (uma participação especial angustiante, de apenas sete minutos, como judeu com problemas mentais, mandado castrar pela Justiça para que não pudesse se reproduzir), de Judy Garland e de Marlene Dietrich. Além de um elenco secundário não menos competente. Apesar da dublagem, vale a pena assistir, apenas pelo trabalho deles.

Kramer, mesmo sendo poucas as cenas de exterior, insistiu em filmá-las na Alemanha mesmo. Daí foi um passo para outra decisão importante, que ajudou a dar clima à história: os interiores —a sala do tribunal— também acabaram sendo feitos lá, num estúdio local. E foi lá igualmente a estréia mundial, em Berlim, no dia 14 de dezembro de 1961, com grande êxito.

Não por acaso: "Julgamento em Nurembergue" é um dos melhores filmes de julgamentos feitos pelo cinema. Talvez, e principalmente, por se tratar, no caso, do julgamento da própria Justiça ante questões éticas difíceis de enfrentar.

Aquilo que pode ser politicamente justo, na maioria das vezes é profundamente injusto e até criminoso, diz a questão principal do filme, com muita eficácia. E mais: mesmo quando um julgamento possa ser justo, o tempo poderá tornar a decisão do juiz ultrapassada e difícil de ser mantida, para o bem e para o mal, como se encarrega de dizer o advogado alemão ao magistrado americano, na última cena, o ponto chave da história. A Justiça, no fim das contas, é mais uma questão de conveniências e aparências do que propriamente de leis, mesmo esmagando, na engrenagem desse processo, quem lida com ela, esteja no banco dos réus ou no alto do poder de quem julga.

Não é por acaso que o juiz aparece imóvel, na seqüência do fim, de costas, melancólico, observando o advogado alemão caminhar com confiança para o encontro do futuro —de outra Justiça, de outros tempos onde o condenado de ontem venha a ser o inocente respeitado de hoje, apenas porque seu crime tenha deixado de ser considerado como tal.

DÉCIO PIGNATARI

Dois paraísos

Que contraste violento, que irrisão, que lição! E no mesmo dia! De um lado, um governo compulsivamente demagógico, a prometer um paraíso brasileiro para o século 21 —e praticando um descarado roubo compulsório, numa caricatura grotesca do que a ditadura havia praticado nos anos 70 (o "medicinal" milagre brasileiro que terminou com uma roubalheira jamais vista na área dos empréstimos e subsídios estatais, sem falar nos 100 bilhões de dólares de dívida): fazer média com a classe média às custas da classe trabalhadora, para depois escorchá-las, a ambas, a fim de engordar as caixas das empresas estatais (a começar pela Caixa Econômica Federal), que já estavam bem magrinhas, coitadinhas, devido (justamente!) ao Plano Cruzado Tropical.

E de outro, a terceira retrospectiva Volpi, no MAM de São Paulo, organizada pela curadoria de Olívio Tavares de Araújo —o paraíso verdadeiro, o paraíso da arte, um milagre de formas e cores, milagre laboriosamente construído ao longo de mais de setenta anos de aplicação atenta, de surpreendentes lances inventivos — e de penosíssimas renúncias. Antes de mais nada, renúncia de si mesmo: Volpi não pôde ver, nem ver-se, nessa terceira grande retrospectiva de sua obra, que não o permitiram os males insanáveis da senectude. A festa não foi sua, mas foi nossa, de todos nós, presentes e ausentes, de toda a cultura brasileira. São poucas as

razões que ainda mantêm viva a nossa esperança de um Brasil sério — e a obra do nosso grande artista luquês é uma delas.

Lembro-me de sua velha casa e de seu velho ateliê, no Cambuci — e das festas que Judite, sua mulher, gostava de dar (era cozinheira de primeira), onde se reuniam artistas, intelectuais e amigos, parentes e vizinhos simples e populares. Foi o período em que se aproximou mais intimamente da arte concreta, para benefício de ambas as partes: nas obras, nas observações e nas discussões dos artistas concretos, captou, desenvolveu e apurou novos sentidos compostivos; deu-lhes, em troca, o sentido da cor, como já podia ser observado em algumas obras iniciais de Maurício Nogueira Lima e como pode ser apreciado no trabalho de Hermelindo Flaminghi das duas últimas décadas.

Foi nesse período que começou a viver exclusivamente de pintura, um pequeno milagre, dada a exiguidade do mercado (e ele já chegara aos 60 anos). Não precisava mais preparar originais para oleografias sacras e tinha acabado de pagar a sua casa (um conto de réis por mês...). Lembrou-se sem amargura — e até com certa nostalgia — dos tempos bicudos. A década de 40, por exemplo, período da guerra: Judite, com tuberculose incipiente, curava-se respirando os ares puros de Ita-

Globo busca mercado francês

A TV Globo, depois de consolidar sua posição na Itália através da Telemontecarlo, pretende atacar o mercado francês, disputando com o italiano, Silvio Berlusconi, o controle do Canal 5, segundo o jornal "La Stampa", de Turim. Berlusconi inaugurou a rede em janeiro deste ano, com o apoio do presidente François Mitterrand. Mas desde que o ministro Jacques Chirac assumiu comenta-se que Berlusconi já não estaria nas graças do governo francês.

Festival de Campos

O encerramento do 17º Festival de Inverno de Campos de Jordão acontece neste fim-de-semana. No sábado, às 18h, a Orquestra Sinfônica Estadual, sob a regência de Eleazar de Carvalho, se apresenta no auditório do Festival. Às 21h, está programada uma apresentação da orquestra Kent County. Às 16h de domingo a orquestra de bolistas, o coral do teatro Municipal de São Paulo e solistas interpretam a Nona Sinfonia, de Beethoven.

Lançamento de Perales

Já se encontra nas lojas de disco de todo o país "Com o Passar do Tempo", LP do compositor e cantor espanhol José Luis Perales, 41, contratado por US\$ 1 milhão (Cz\$ 13,84 milhões no câmbio oficial) pela CBS. Perales desenvolve seu trabalho na linha de cantores românticos, como Joan Manuel Serrat, Julio Iglesias e Roberto Carlos.

XVII FESTIVAL DE INVERNO DE CAMPOS DO JORDÃO JULHO 1986

DIA 25/7 - SEXTA-FEIRA
18:00 h - Auditório: Recital de Antonio Menezes (violoncelo) e Cecile Licad (piano).
21:00 h - Auditório: Orquestra de Câmara da USP. Solista: Sônia Muniz (piano).
Violino: Erich Lehninger. Regente: Olívio Toni.

DIA 26/7 - SÁBADO
17:00 h - Auditório: Pôr-do-Sol com Música. Sônia Abreu.
18:00 h - Auditório: Concerto Sinfônico-OSESP. Caio Pagno (piano).
Regente: Eleazar de Carvalho.
21:00 h - Auditório: Kent County Youth Orchestra. Regente: Alan Vincent.

DIA 27/7 - DOMINGO
12:00 h - Praça Capivari: Banda Sinfônica do Estado de São Paulo.
Regente: Antonio Domingos Sacco.
16:00 h - Auditório: Concerto de Encerramento do Festival de Inverno. Alvorada da Ópera "O Escravo" - Carlos Gomes. IV Mov. da 9ª Sinfonia de Beethoven. Celine Imbert - soprano. Lenice Prioli - contralto. Aldo Baldin - tenor. Zwinglio Faustini - baixo. Coral do Teatro Municipal. Orquestra de Bolistas. Regente: Eleazar de Carvalho.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Venha se aquecer no mais importante encontro de música de concerto nacional e internacional. Não perca este raro prazer.

PROJETO
CARLTON
SOLA CRUZ